



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



As políticas da UNESCO para a igualdade de género nos media: 1977-2007

CARLA CERQUEIRA

Universidade do Minho ~ carlaprec3@gmail.com

Resumo:

É indiscutível que a igualdade entre homens e mulheres é um aspecto fundamental da dignidade da pessoa humana, o qual contribui para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, e apesar de estar consagrada na ordem jurídica dos países com governação democrática, está muito longe de ser uma realidade. Neste sentido, desde os anos 70 do século XX que têm vindo a ser criadas várias políticas de promoção da paridade de género. Os actores políticos globais e regionais e os próprios países têm adoptado leis que visam a igualdade de oportunidades em todos os domínios da sociedade. Em paralelo, procura-se acabar com os estereótipos e preconceitos culturais, pois os Estados tomaram consciência do papel e da contribuição das mulheres na esfera pública. Todavia, as leis só por si não chegam para acabar com a discriminação das mulheres e, nos últimos anos, tem surgido um número crescente de políticas para fomentar a igualdade, sobretudo, resoluções, declarações, programas, incentivos, estudos e concursos de diversos organismos internacionais. Neste artigo centramo-nos num actor político global que tem desempenhado um papel preponderante no que se refere à promoção da igualdade de género: a UNESCO. É reconhecido que uma das grandes preocupações deste organismo das Nações Unidas (ONU) passa pelas assimetrias relativamente à comunicação no mundo, daí a grande importância dada aos meios de comunicação social e ao seu papel como formadores da opinião pública. Além disso, destaca-se a adopção de uma perspectiva de género. Assim, aquilo que interessa para este campo é perceber que políticas é que a UNESCO tem desenvolvido para promover a equidade de género nos media. Focamo-nos essencialmente no campo jornalístico porque os meios de comunicação social são os grandes mediadores da realidade e é através deles que a maioria das pessoas tem acesso ao que se passa no mundo. Também se fala cada vez mais da “feminização” do sector mediático, mas a maior parte das mulheres não tem acesso aos cargos de chefia e alguns estudos apontam para a precariedade do mercado de trabalho, a qual se reflecte nos papéis de género. A UNESCO tem criado políticas que não têm a força de lei, mas que têm alertado o mundo para a discriminação em função do género. Este actor político global apresenta um leque de recomendações, declarações, programas, estudos e prémios para fomentar o pluralismo no campo mediático. Nos últimos anos, o número de iniciativas deste organismo tem sido crescente, marcando a agenda internacional. Esta agência da ONU tem dado visibilidade à questão da igualdade de género nas últimas três décadas, mas, apesar de se falar de uma “feminização” dos media, as mulheres continuam a ocupar as funções laborais consideradas de menor importância e o discurso veicula mensagens que perpetuam estereótipos. Face a este panorama, que avaliação podemos fazer das políticas deste organismo? Defendemos que a UNESCO tem sido activa, mas não tem conseguido passar uma mensagem unificadora.

Palavras-chave:

UNESCO, mulheres, igualdade, media

Introdução

É incontestável que as mulheres conseguiram uma verdadeira emancipação, mas a realidade mostra que, em muitos casos, a igualdade é apenas formal. A prática revela outro mundo, um poder patriarcal que continua a ser pouco questionado, uma vez que a sociedade interiorizou a ideologia dominante. A palavra, como instrumento de poder e de troca, foi negada durante séculos às mulheres e elas ainda continuam a não usufruir do discurso da mesma forma que os homens.

Afinal, o homem nunca teve de ser pensado enquanto sexo, pois o masculino é próprio da espécie humana, enquanto o feminino é sempre construído (Valcárcel, *cit* Camps, 2001). Significa isto que “a dominância do masculino não é uma propriedade dos homens, mas é uma propriedade da concepção do seu modo de ser na medida em que se confunde com a concepção dominante de pessoa” (Amâncio, 1998: 180). Portanto, estamos ao nível da mudança de mentalidades e atitudes, que não se conseguem alterar apenas com leis e que são bastante lentas.

Todavia, no mundo contemporâneo há a percepção da discriminação em função do sexo (Bauer, 1993), a qual se tem procurado combater de diversas formas e em todas as esferas. Neste campo, as políticas para a igualdade de género sofreram uma grande evolução nos últimos anos, que está relacionada com duas dimensões: o conhecimento e a política. Parafraseando Lúcia Amâncio (2005), existe conhecimento sobre os efeitos dos processos de construção e reprodução das diferenças entre sexos (género) e há a integração desse conhecimento em todas as esferas de actuação dos actores políticos (*mainstreaming*).

Depois de explicitado o panorama no que se refere à igualdade entre homens e mulheres, importa justificar o facto de termos escolhido para esta comunicação as políticas da UNESCO para a igualdade de género nos *media* nas últimas três décadas (1977-2007). Em termos globais, a UNESCO tem sido um dos organismos mais interessados em promover o *mainstreaming* de género. Na nossa opinião, esta agência tem procurado dar visibilidade à questão, colocando-a como uma das suas prioridades, sobretudo nos últimos anos. Considerámos o tema da igualdade entre homens e mulheres pertinente, uma vez que elas estão a ingressar lentamente em vários domínios da esfera pública, mas continuam a estar longe da maioria dos cargos de chefia e a imagem que os *media* transmitem delas não reflecte a realidade, mas continua a transmitir uma visão estereotipada. Optámos por nos debruçarmos sobre o campo mediático porque a informação é um dos poderes mais fortes na sociedade contemporânea e continua, maioritariamente, nas “mãos” masculinas. O crescimento delas neste sector é evidente, mas as suas funções quase não envolvem cargos de decisão. O período temporal está relacionado com o facto de as Nações Unidas instituírem o Ano Internacional da Mulher em 1975, sendo este o período de viragem no que se refere às preocupações com a igualdade de género.

Assim, pretendemos responder à seguinte questão científica: *Que políticas é que a UNESCO tem desenvolvido nas últimas três décadas para promover a igualdade de género nos media e que impacto é que têm no acesso, na produção e na representação do discurso?*

As mulheres nos *media*: visibilidade sem poder

A representação das mulheres nos meios de comunicação social tem sido largamente debatida pelo meio académico, por diversos organismos internacionais e pelos movimentos feministas. Nas décadas de 60 e 70 do século XX começou a perceber-se o poder que os *media* tinham como agentes de produção das representações e práticas que definem o género (van Zoonen, 2004). Esta perspectiva mostra-nos que o género não é sinónimo de sexo, mas remete para “comportamentos e expectativas socialmente apreendidos que são associados a cada um dos dois sexos” (Andersen, 1997: 20).

Importa relevar que os textos e as imagens mediáticas ajudam a organizar os modos de compreensão das relações de género. Lakoff (1982: 45) diz que “a marginalidade e a falta de poder das mulheres reflecte-se não só nos modos como se espera que as mulheres falem, mas também nos modos como se fala das mulheres”. Aliás, vivemos num mundo patriarcal, onde as elas são definidas por aqueles que as subordinam (Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho, 2005). Apesar da igualdade básica, os homens e as mulheres convivem diariamente com uma desigualdade construída que as inferioriza.

No campo mediático, o discurso continua a difundir mensagens estereotipadas e pouco representativas das mulheres na sociedade. Esta posição é confirmada por autores como van Zoonen (2004), Díez (2005) e Farré et al. (1998), que mostram a necessidade de construção de imagens mais diversas. Fala-se também de um “sexismo inibido” (Rojo & Gallego, 1997: 313) contido no discurso. Na actualidade, as mulheres continuam a ser “simbolicamente aniquiladas” (Tuchman, 2004), o que já era discutido nos anos 70 do século XX, pois elas estavam em maioria numérica e tinham acedido ao mercado de trabalho, mas eram representadas como incompetentes e inferiores aos maridos.

A propósito, fala-se cada vez mais da “feminização” do sector jornalístico, onde não há diferenciação entre homens e mulheres em termos de distribuição e de tratamento da agenda noticiosa, mas elas continuam a não alcançar os cargos de chefia nos vários meios informativos. Victoria Camps (2001: 16) diz que “qualquer mulher pode ser directora de um jornal. Algumas chegaram a sê-lo. Em teoria é assim. Mas a prática é outra coisa”. Esta posição é confirmada por um estudo da Federação Internacional de Jornalistas¹, que refere que as mulheres ocupam já um terço dos profissionais, mas menos de três por cento desempenham cargos de direcção no sector.

“A elite jornalística continua, portanto, a ser predominantemente masculina, o que significa que ao ingresso das mulheres na profissão não tem correspondido idêntico acesso a lugares de relevo. No jornalismo, as mulheres encontram-se, na sua esmagadora maioria, a desempenhar funções de execução. À visibilidade crescente não corresponde o poder nas redacções” (Subtil, 2000: 1). Isto significa que o aumento da escolarização não tem correspondência com as posições que elas ocupam no seio das redacções. Além disso, verifica-se cada vez mais o trabalho a tempo parcial, o qual domina o panorama do emprego feminino (Bocchini & Reimão, s.d.). Elas têm que combater os estereótipos que estão enraizados, ou seja, têm que desempenhar as funções tão bem ou melhor do que os homens para serem “levadas a sério” e, mesmo assim, recebem uma remuneração inferior (Gallagher, 1995).

A realidade mostra que o número de mulheres aumentou fortemente no campo jornalístico, mas até que ponto poderá ser correcto falar-se de “feminização”? Gallagher (1995) afirma que existe um desfazamento entre as percepções e a realidade, ou seja, o número de mulheres ainda é limitado, mas na maioria dos países elas aparecem como apresentadoras ou repórteres e têm bastante visibilidade.

Esta perspectiva aponta para a necessidade de uma maior participação nos lugares de chefia, de forma a criar novas representações de género. Trata-se de uma questão premente, uma vez que as mulheres enquanto meras trabalhadoras do sector mediático limitam-se a reproduzir as representações existentes, que demonstram uma visão masculina da realidade, a qual se assume como hegemónica (Marshment, 1993).

Neste âmbito, Gallagher (1981;1995) refere que a presença de mais elementos do sexo feminino nos cargos com poder de decisão poderia trazer novas perspectivas, que se reflectiriam em imagens e mensagens das mulheres mais diversificadas. No nosso entender, são os factores sociológicos e organizacionais que provocam a desigualdade de género e não os valores

¹ Dados sobre as *Mulheres e os Media* apresentados pelo Departamento de Informação Pública da ONU, em Fevereiro de 2006. Disponível em <http://un.org/spanish/events/women/iwd/2006>

jornalísticos, daí que um maior número de mulheres nos lugares de chefia pode não significar mudanças nas práticas discursivas (Lavi & Leman-Wilzig, 2003). Contudo, consideramos que a igualdade entre homens e mulheres nos cargos de decisão é fulcral numa sociedade democrática.

As mulheres na UNESCO: a luta pela igualdade de género

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) surgiu no contexto da II Guerra Mundial, através da necessidade de vários países de reconstruírem os seus sistemas de educação. O projecto foi fundado em 1945 com o objectivo de acabar com as assimetrias no acesso à informação, comunicação, educação, ciência e cultura, tendo como finalidade construir a paz². Actualmente, é “um laboratório de ideias que promove a cooperação internacional entre 192 estados-membros e seis membros associados nos campos da educação, cultura, ciências (naturais, humanas e sociais) e comunicação”³. Este actor político global trabalha em colaboração com as Comissões Nacionais, as quais ajudam a implementar as iniciativas, mas também criam as suas próprias actividades, mediante a realidade de cada país.

Divida em várias áreas de actuação, a UNESCO tem procurado promover os direitos humanos e lutar contra a discriminação. A questão da diversidade cultural também tem estado entre as suas prioridades, bem como a igualdade no acesso à informação e comunicação (UNESCO, 2006). Este actor político global não tem o poder de criar leis, mas é um dos mais activos no panorama internacional, conseguindo colocar várias temáticas na agenda dos países e de várias instituições.

Face a este cenário, é possível afirmar-se que a organização tem demonstrado uma atenção crescente com as questões da igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas da sociedade e, sobretudo, nas áreas da sua relevância, como é o caso da comunicação e informação⁴. O pluralismo e a liberdade de expressão encontram-se entre as suas prioridades⁵.

Importa também referir que este organismo sempre demonstrou uma grande atenção em relação aos países em desenvolvimento, sendo que algumas das suas actividades são focadas nesta realidade económica, política e cultural. Porém, há uma estratégia comum em toda a organização e que aponta para a necessidade de enquadrar uma perspectiva de género nas suas políticas. Esta surgiu, sobretudo, nos anos 70 do século XX, período em que os vários organismos internacionais se voltaram para esta questão, a qual começou a ser introduzida nas agendas políticas de todo o mundo. O campo mediático também se direccionou para a igualdade de género, nomeadamente com a celebração da efeméride do Dia Internacional da Mulher, que foi instituída pela ONU em 1975.

Convém ainda realçar que a UNESCO tem um posicionamento independente de outras agências das Nações Unidas, mas age, muitas vezes, de acordo com as grandes políticas implementadas pela “organização-mãe”. Além disso, não é considerada uma organização estática, por isso nem sempre fala com uma única voz. Durante a sua existência tem sido vista como uma instituição dinâmica que muda de discurso e que é composta por múltiplas abordagens (Lee, 2002). É de destacar que dentro da UNESCO existem dois tipos de discurso: aquele que passa para o exterior e ao qual as pessoas têm acesso (campanhas, *site*, publicações, resoluções, etc.) e aquele que circula dentro da organização (memorandos internos, encontros, etc.) (*Ibidem*).

² Este posicionamento está bem patente na Constituição da UNESCO. Disponível em http://www.icomos.org/unesco/unesco_constitution.html

³ Disponível em <http://www.portal.unesco.org>

⁴ O “C” de Comunicação não faz parte da sigla da UNESCO, mas é um sector autónomo, com uma estrutura idêntica às restantes áreas da organização.

⁵ A UNESCO é a única agência das Nações Unidas com o encargo de defender a liberdade expressão e de imprensa, como está consagrado na sua Constituição. Disponível em http://www.icomos.org/unesco/unesco_constitution.html.

Para finalizar, torna-se pertinente mencionar que alguns autores afirmam que o trabalho da UNESCO nesta área não tem sido muito forte. Gallagher (1985) considera que a ONU e as suas agências não chegaram a discutir o papel das mulheres nos *media* na década dedicada ao sexo feminino (1975-1985). Também Mahoney (1991) postula que esta área não foi discutida pela UNESCO depois dessa altura.

Metodologia e objectivos da investigação

Esta análise tem como objectivo perceber que políticas é que a UNESCO, que é considerada um dos maiores actores políticos globais, tem desenvolvido nas últimas três décadas para promover a igualdade de género no campo mediático (evolução e estratégia actual). Em paralelo, pretende-se fazer uma avaliação da actividade da organização neste período, de modo a compreender quais têm sido as suas grandes linhas de actuação e, como consequência, qual o impacto que pretendem ter nas práticas jornalísticas (no acesso, produção e representação do discurso). Assim sendo, esta reflexão apenas inclui as políticas que tiveram maior visibilidade.

De realçar que a análise centra-se no campo mediático, uma vez que os meios de comunicação social são os grandes mediadores da realidade e é através deles que a maioria das pessoas tem acesso ao que se passa no mundo. Portanto, ressalva-se que quando se aplica o termo *media* se refere a políticas que digam respeito aos meios tradicionais (televisão, rádio, imprensa), às novas tecnologias da comunicação e informação (com destaque para a Internet) e com menor incidência à publicidade e ao cinema.

Em função da nossa pergunta de investigação, e tendo por base uma reflexão teórica sobre a temática, partimos para a análise empírica com a seguinte hipótese: *A UNESCO revela uma preocupação com a questão da igualdade de género cada vez mais visível, dado o número de políticas implementadas. Daqui derivam duas sub-hipóteses: Uma grande parte das políticas tem um carácter simbólico, daí o pouco impacto nas práticas jornalísticas; As políticas deste organismo não transmitem uma mensagem unificadora, o que demonstra uma estratégia dispersa e pouco eficaz.*

Este estudo tem como metodologia a análise de documentos publicados pela UNESCO no período de 1977-2007. O *corpus* inclui as resoluções e programas das Conferências Gerais, decisões, discursos dos directores-gerais, relatórios das avaliações internas e externas publicados pela UNESCO e publicações sobre a temática que tenham a edição deste organismo. Em paralelo, recorre-se a alguns documentos da ONU, nomeadamente no que diz respeito às conferências mundiais que foram organizadas neste espaço temporal para debater a questão da igualdade de género.

Interessa ainda mencionar que decidimos separar as políticas implementadas por décadas, de forma a facilitar a análise e a perceber a evolução do discurso da UNESCO. No entanto, é de referir que esta separação existe apenas por uma questão metodológica, uma vez que o trabalho desenvolvido pelo organismo não é estanque.

As políticas da UNESCO para a igualdade de género nos *media*: 1977-1987

Como foi anteriormente explanado, as políticas da UNESCO para fomentar a igualdade de género tiveram como marco histórico o ano de 1975. Todavia, isto não significa que antes dessa data a organização não tivesse evidenciado a sua preocupação nesta área, mas nesse ano houve uma demonstração global de vários organismos no que se refere à igualdade entre homens e mulheres⁶.

⁶ Esta agência da ONU sempre participou em congressos, seminários e outros espaços de reflexão organizados pelas mais diversas instituições ligadas aos *media*. Esta estratégia, que foi adoptada desde os primórdios, mantém-se actualmente. Todavia, antes de 1975 verifica-se uma carência de análises detalhadas e de articulação sistemática (City University, 1985).

As Nações Unidas estabeleceram o Ano Internacional da Mulher em 1975, iniciou-se a Década dedicada às Mulheres (1975-85) e realizou-se a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, na Cidade do México. Além disso, em 1979 foi criada a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Todas estas iniciativas foram criadas com o intuito de alertar a sociedade para o facto de as mulheres estarem em maioria numérica em todo o mundo, mas serem consideradas uma minoria social. Ou seja, estabeleceu-se um novo compromisso internacional de carácter programático que fez emergir uma consciência generalizada de que era necessário alertar para o problema. Nesta década também foram realizadas mais duas conferências mundiais sobre as mulheres, em Copenhaga (1980) e em Nairobi (1985), sendo que a última encerrou a década dedicada ao sexo feminino, fazendo uma espécie de balanço e traçando novos objectivos.

Neste período, a UNESCO revelou uma preocupação com a igualdade de género, a qual teve mais visibilidade em termos de publicações (UNESCO, 1980). Antes de 1980 os estudos eram escassos e provinham de vários sectores, mas a partir desta altura nota-se uma concentração de esforços em termos de investigação (UNESCO, 1986). Diferentes autores realizaram estudos sobre as mulheres e os *media*, o que demonstra um cruzamento de vozes e perspectivas em relação à temática. Estas obras não constituem uma força de acção unificada, mas todas elas reflectem o problema da desigualdade das mulheres no campo mediático. Curiosamente, os autores não se contradizem, mas pouco se complementam, optando antes por abordagens diferentes em relação às mulheres, à comunicação, ao desenvolvimento e à relação entre estes conceitos.

Paralelamente, estas publicações não se preocupam em fazer uma análise comparativa de como as mulheres e os homens são representados pelo discurso mediático, optando por uma centralização no sexo feminino. É também notório que a maioria dos estudos encontrados nesta década é feita em países ocidentais, ou seja, as obras demonstram uma perspectiva que excluiu os países em desenvolvimento. Porém, a partir de 1985 nota-se uma maior preocupação em estudar outras realidades, fazendo comparações. É inegável que a publicação do “Relatório Muitas Vozes, Um Mundo”, mais conhecido como “Relatório MacBride” (1980) também teve um papel importante nesta área. Este documento foi criado para avaliar o estado da comunicação no mundo, determinando algumas recomendações que visavam acabar com as disparidades (Beam, 1992).

A liberdade de expressão, o pluralismo dos *media*, o acesso equitativo à informação e ao conhecimento sempre estiveram entre os objectivos da UNESCO, por isso em 1980 foi criado o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC). A sua missão passava por reforçar os meios de comunicação social em países em desenvolvimento, fomentar os recursos técnicos e humanos e promover a transferência de tecnologias. Desde a sua criação que o programa financia projectos propostos pelos estados-membros. Muitos destes envolveram e continuam a privilegiar as mulheres, para que elas alcancem lugares de destaque nos *media* (UNESCO, 2006).

Em síntese, de 1977 a 1987 este actor político global começou a mostrar maior interesse pela questão da igualdade de género nos meios de comunicação, visível na participação nas conferências mundiais da ONU, no patrocínio de vários estudos e também na realização de seminários, sobretudo em países em desenvolvimento, para alertar os profissionais e os líderes de opinião para o problema. Os Planos definidos nas Conferências Gerais também demonstram uma preocupação crescente, pois foram criadas actividades mais agrupadas no sector da comunicação e informação.

1987-1997

Nos anos 90 a UNESCO direccionou-se mais para a relação entre as mulheres e os *media*. Dentro das suas preocupações, as quais se mantêm, incluía-se o acesso delas aos meios de comunicação, a imagem que é veicula pelo discurso mediático e a participação nos processos de

produção. A organização estava igualmente interessada em perceber como é que a educação informal dos *media* afectava as mulheres na sociedade (UNESCO, 1996).

Em 1995 realizou-se a IV Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, que teve lugar em Pequim, na China. Este evento, que teve a colaboração da UNESCO, foi muito marcante porque introduziu uma viragem em relação à igualdade de género. Foram criadas a Declaração e a Plataforma de Acção da Conferência de Pequim que definiram estratégias com vista a uma maior participação e acesso das mulheres aos *media*. Pretendia-se, assim, que elas atingissem as posições de chefia nas instituições e não apenas o poder de expressão no campo mediático. Em paralelo, tentou-se promover uma representação das mulheres correcta e não estereotipada⁷.

A UNESCO integrou a perspectiva de género nos seus programas, a qual visa o acesso delas aos meios de comunicação social e a sua imagem no discurso mediático. Um exemplo que comprova esta vontade da organização de implementar a igualdade entre homens e mulheres nos lugares de chefia e de ver as mulheres representadas de forma verdadeira e diversificada nos *media* foi a realização de debates para profissionais dos *media* após a Conferência de Pequim. Exemplificado, o seminário “Olhando adiante de Pequim” pretendeu reflectir sobre a desigualdade das mulheres no sector da informação, de forma a implementar o Plano de Acção de Pequim (UNESCO, 1995).

Em 1990 estabeleceu-se o sector da Comunicação e Informação (CI) com o objectivo de promover a livre circulação de ideias através das palavras e da imagem e o acesso universal à informação; impulsionar o pluralismo e a diversidade cultural nos *media* e nas redes de informação em todo o mundo e fomentar o acesso de todos às novas tecnologias da comunicação e informação⁸. Para tal, foram implementadas três divisões: Desenvolvimento da Comunicação; Liberdade de Expressão, Democracia e Paz; Sociedade da Informação⁹.

Através deste sector, a UNESCO tem desenvolvido vários projectos inter-regionais, regionais e nacionais, com especial destaque para África, Estados Árabes, Ásia, Pacífico e América Latina. Aliás, este organismo tem procurado dar mais atenção aos países em desenvolvimento, o que é visível, sobretudo, nas últimas duas décadas. Além disso, este sector colabora com outras agências da ONU, com agências de desenvolvimento bilateral e com organizações não-governamentais internacionais e regionais.

Resumidamente, nesta década foi dado um grande passo na questão da igualdade de género nos *media*, sobretudo através da implementação da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim, que determinava a importância do campo mediático. A UNESCO criou várias iniciativas, sempre apoiadas neste documento. No que se refere ao tipo de actividades organizadas, não existe uma diferença substancial em relação à década anterior. Os seminários e os estudos são predominantes, mas começam a realizar-se *workshops* para que as mulheres possam ingressar na profissão e consigam mesmo criar os seus próprios meios de comunicação.

1997-2007

Na última década temos assistido a uma maior atenção desta agência da ONU pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) como ferramentas que podem ajudar as mulheres a conseguirem a igualdade. Porém, constata-se que a implementação da Plataforma de Acção de Pequim tem estado entre as suas prioridades, daí a criação de novas iniciativas, sobretudo de carácter simbólico, voltadas para a ascensão das mulheres nos cargos de chefia.

⁷ Disponível em <http://www.un.org>

⁸ Este sector foi estabilizado nesta data, mas já faz parte dos objectivos da UNESCO desde a sua criação, em 1945.

⁹ Disponível em <http://portal.unesco.org>

De acordo com Carolina Bello (2003) quatro anos depois de Pequim constatou-se que foram criados papéis e imagens mais positivos, mas muita coisa não foi alterada, daí que a ONU tivesse abordado novamente a questão. Apresentou a actualização de “Pequim + 5 – Igualdade de género, desenvolvimento e paz para o século XXI”¹⁰ com o propósito de tomar medidas necessárias para a aceleração da Declaração e Plataforma de Pequim. A persistência dos organismos para alcançar resultados práticos é muito visível, pois em 2005 foi criada a “Declaração Pequim +10”, a qual veio reforçar os objectivos definidos na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres.

Mediante o Plano de Acção de Pequim, a UNESCO apercebeu-se que existe uma presença cada vez maior de mulheres no exercício do jornalismo, mas que não encontra correspondência no comando dos veículos informativos. Neste sentido, no ano 2000 foi criada a iniciativa “As mulheres fazem as notícias”¹¹, com um apelo do director-geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, para os *media* colocarem as mulheres como editoras no Dia Internacional da Mulher (Zimou, s.d.). Mais de mil meios de comunicação social de 56 países responderam à iniciativa simbólica da organização.

No ano seguinte, a organização teve o apoio da Federação Internacional de Jornalistas na realização da iniciativa. No entanto, neste ano os *media* foram convidados a nomear mulheres para editoras durante uma semana (5 a 11 de Março). Dada a forte adesão, a UNESCO prosseguiu com a campanha nos anos seguintes, criou mesmo um *site* e foi pedindo mais reflexão sobre a temática. Por exemplo, em 2006 solicitou aos *media* sugestões de iniciativas para promover a igualdade e as pessoas interessadas na questão puderam enviar um artigo com a sua opinião, o qual foi disponibilizado na Internet. Além disso, verifica-se nos últimos anos uma maior preocupação no que se refere ao discurso jornalístico e à forma como ele representa das mulheres, ou seja, a UNESCO tem feito apelos para que se crie uma maior diversidade de imagens e para que os estereótipos não permaneçam. Em simultâneo, tem chamado a atenção dos *media* para que elas sejam ouvidas enquanto fontes, o que acontece com pouca frequência.

No fundo, esta iniciativa tem como objectivo acabar com o “tecto de vidro” que existe no acesso do sexo feminino aos cargos com poder. Tem sido uma das mais activas na última década e tem conseguido passar as mais diversas fronteiras, pois tem recebido a adesão de meios de comunicação social de todo o mundo.

No que se refere aos países em desenvolvimento a estratégia tem passado por estimular as mulheres para as TIC. “As mulheres encontram-se muitas vezes não apenas excluídas da igualdade de oportunidades em termos sociais e económicos, mas também em termos dos benefícios oferecidos pelas TIC. Existem relações de poder desiguais nas nossas sociedades que contribuem para um acesso, participação e tratamento diferentes de homens e mulheres.”¹² Assim, a UNESCO considera que elas devem atingir os lugares de decisão em todas as esferas para que a pobreza seja erradicada e sejam criadas sociedades democráticas.

Face a este objectivo, a organização tem lançado vários projectos para integrar as mulheres nos *media* através das novas tecnologias, ou seja, para acabar com o fosso digital de género. Como exemplo, existem as rádios lideradas por elas, em que este organismo oferece os equipamentos e treinos necessários para que as jornalistas tenham voz (Primo, 2003). Dentro deste campo de acção, um dos programas denomina-se “Treino para os profissionais dos *media* e da informação”, o qual

¹⁰ Disponível em <http://www.un.org/womenwatch>

¹¹ Este organismo tem um sítio na Internet dedicado à iniciativa. Disponível em <http://www.unesco.org/webworld/march8/2001/about.shtml>

¹² Disponível em <http://portal.unesco.org>

pretende inserir as mulheres em todos os meios que lhes permitam ter voz na área da comunicação.¹³

A “Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural”, aprovada na 31ª reunião da Conferência Geral de 2001, teve também, de forma mais indirecta, impacto em termos de políticas para a igualdade de género nos *media*. Aborda a questão da identidade, diversidade e pluralismo, a qual implica que os meios de comunicação tenham conteúdos diversificados para todos os públicos e não representem ninguém de forma discriminatória (UNESCO, 2002).

De acordo com a Estratégia a Médio Prazo da UNESCO para 2002-2007 (UNESCO, 2003), que é o documento mais recente, a perspectiva de género está integrada em todas as actividades. Entende-se, aqui, uma óptica igualitária entre homens e mulheres e, como as necessidades femininas são as menos satisfeitas, a organização presta-lhes uma atenção específica. Neste sentido, a UNESCO quer transmitir uma mensagem aos governos para lhes lembrar dos compromissos de Pequim. Relativamente à igualdade de género nos *media*, o documento salienta os seguintes aspectos: “Fomentar a igualdade no acesso ao conhecimento e às possibilidades profissionais, em todos os âmbitos, em especial na comunicação (...), “fomentar a participação ampla e activa das mulheres nos meios de comunicação, nas redes de informação e nas TIC, e apoiar a expansão das tecnologias com vista a fomentar a autonomia das mulheres e crianças. Isto permitirá fomentar uma imagem mais diversificada e não discriminatória das mulheres e dos homens nos meios de comunicação” (*Idem*: 8).

Paralelamente, são várias as publicações editadas pela UNESCO neste campo de investigação, muitas delas com estudos realizados em países com realidades culturais, económicas e políticas diferentes. No entanto, todos mostram avanços em termos de equidade, mas revelam a persistência de estereótipos de género no discurso e de falta de poder das mulheres nas redacções. A maioria provém de trabalhos de monitorização realizados no âmbito do Observatório para a Sociedade da Informação¹⁴.

Outro exemplo que ilustra a atenção da organização para a situação das mulheres no exercício da profissão do jornalismo é a atribuição do Prémio UNESCO/Guillermo Cano de Liberdade de Imprensa a duas profissionais do sexo feminino. Este prémio, que existe desde 1997, foi entregue no ano seguinte a uma jornalista nigeriana (directora e redactora-chefe de uma revista). Este ano, a UNESCO decidiu fazer uma homenagem póstuma à jornalista russa Anna Polikovskaya.

Em paralelo, a UNESCO tem procurado criar um mundo em que todos tenham acesso à informação e que a possam utilizar para construir uma sociedade melhor. Com este intuito foi criado em 2000 o Programa Informação para Todos (IFAP), uma iniciativa intergovernamental que pretende criar sociedades mais equitativas através do melhor acesso à informação. Nesta era falar de informação significa falar de novas tecnologias e existe um fosso digital entre países, regiões, sectores e grupos económicos (Primo, 2003). As mulheres estão entre os grupos considerados info-excluídos, logo a UNESCO tem procurado implementar iniciativas que lhes permitam ter acesso às TIC e alcançar depois as estruturas de decisão e poder do sector (*Idem*).

Por último, este organismo começa a mostrar interesse em trabalhar esta questão com as Comissões Nacionais, o que não era perceptível nas décadas anteriores. Dez anos após Pequim decidiu criar grupos de pessoas em vários países com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades. As Comissões Nacionais foram convidadas a escolher equipas para trabalhar o problema, para que a UNESCO consiga atingir as suas metas (UNESCO, 2005).

¹³ A UNESCO apresenta na Internet (disponível em <http://portal.unesco.org>) os diversos programas que tem implementado nestes países.

¹⁴ Disponível em <http://portal.unesco.org>

Em suma, nesta época é visível que a UNESCO tem concentrado as suas políticas na área das novas tecnologias, de onde sobressaem os programas para treinar jornalistas, sobretudo mulheres. Em alguns países em desenvolvimento elas estão mesmo nos cargos de chefia dos meios de comunicação e a organização procura dotá-las de capacidades para incrementarem a democracia¹⁵. As iniciativas são múltiplas e caminham no sentido de mostrar que as mulheres são fulcrais para o desenvolvimento. Assim, este actor político recorre também a debates e seminários que visam reflectir a questão com os profissionais, os políticos, os académicos e a sociedade civil. Simultaneamente, tem organizado algumas acções simbólicas no âmbito do Dia Internacional da Mulher, para fazer despertar a sociedade para a falta de poder delas no campo mediático, bem como em outras esferas.

Avaliação das políticas da UNESCO

Não obstante alguns progressos registados nas últimas décadas, pode afirmar-se que a participação das mulheres em termos igualitários no campo mediático está ainda longe de ser atingida. A análise dos programas da área da comunicação e informação da UNESCO mostra que este actor político global tem um papel preponderante em termos de políticas para a igualdade de género nos *media*. Ao longo dos últimos 30 anos, mas com mais incidência depois de 1995, conseguiu colocar este tópico na agenda internacional, apesar de as suas iniciativas não terem a força de lei.

No entanto, fazendo uma avaliação das actividades que foram implementadas, pode dizer-se que este organismo das Nações Unidas tem falado com diferentes vozes sobre esta questão, o que não demonstra um discurso forte e coeso. Nos primeiros anos de análise verifica-se que as actividades eram bastante fragmentadas e o principal impulso unificador residia no facto de todas elas visarem a igualdade entre homens e mulheres, embora de forma diferente. Este panorama tem vindo a alterar-se com o passar dos anos, onde é evidente uma maior consciência do problema e do seu impacto.

Paralelamente, as publicações assumem um papel central em todo o processo de intervenção da UNESCO, mas elas fortalecem a ideia de uma estratégia fraccionada. Diversos autores dão o rosto pela instituição¹⁶, mas, em alguns casos, não há mesmo concordância em relação ao que se pensa sobre comunicação, mulheres e género. Nos últimos anos há uma viragem para o ciberespaço e para as TIC, mas a dispersão permanece no campo da investigação empírica.

Por outro lado, a UNESCO tem trabalhado com vários organismos e instituições nacionais, regionais e globais. Uma grande parte das iniciativas que implementa provém desta colaboração, o que tem facilitado a compreensão das diversas realidades económicas, culturais e políticas que existem nesses países, sobretudo em desenvolvimento. Nestas três décadas constatámos a participação em *workshops*, congressos, seminários e documentários, sendo que nos últimos anos é perceptível a utilização da Internet como canal de apoio destas iniciativas (como é o caso dos fóruns)¹⁷. É legítimo afirmar que estes espaços de debate criados pela organização, ou nos quais ela tem participado, são frutíferos porque pretendem pressionar a opinião pública para a importância de se criarem políticas e iniciativas que visem uma perspectiva de género. No entanto, muitas vezes não conseguem a projecção desejada e não passam de pequenas 'reuniões', por isso, não são muito eficazes e eficientes.

¹⁵ Exemplos disponíveis em <http://portal.unesco.org>

¹⁶ Existem alguns autores predominantes, como é o caso de Margaret Gallager.

¹⁷ Disponível em <http://portal.unesco.org>

Todas as resoluções e relatórios das Conferências Gerais mostram o interesse por esta questão, a qual pode ser mesmo considerada como uma das 'áreas-chave' do organismo. Juntam-se os apelos constantes do director-geral (sendo este último mais activo nesta campo) para que a sociedade se mobilize pela igualdade de género. No que se refere à colaboração com as Comissões Nacionais, só se comprova esta vontade na última década, daí ter poucos efeitos visíveis.

Na realidade, a maioria das iniciativas implementadas por este organismo tem um carácter simbólico, o que na nossa opinião pode ser visto de forma positiva, mas também negativa. É importante lembrar que as mulheres são vítimas de desigualdade no campo mediático, mas este tipo de iniciativas não surte grande impacto prático. Ou seja, a participação nas iniciativas pode ser grande, mas não muda valores culturais.

Nos últimos anos, o organismo tem demonstrado que a melhor estratégia para os países em desenvolvimento passa pela aprendizagem das novas tecnologias da comunicação e informação. As mulheres jornalistas recebem treinos e participam em *workshops* organizados pela UNESCO com o objectivo de dominarem os instrumentos da comunicação dos tempos modernos e ingressarem no campo mediático. O organismo refere que esta é a forma de alcançarem lugar nas redacções e nos lugares de chefia. Porém, partilhamos da opinião de alguns autores, como Horning et al (1993) que consideram que alcançar a igualdade através das TIC não é fácil porque nestes países existem diferenças de estatuto, poder e valores que não desaparecem com a introdução dos novos *media*. O acesso não está relacionado com a vontade delas de trabalharem nestes meios, mas com a força política, económica e social.

Sinteticamente, nas últimas três décadas, este actor político global tem encarado a relação das mulheres com a comunicação de três formas: primeiro, como representadas pelo discurso jornalístico (focando-se na forma como as imagens e os textos retratam o universo feminino); segundo, como representantes, ou seja, como produtoras do discurso; terceiro, como agentes activos que devem adoptar as novas tecnologias da comunicação e da informação em seu favor (mais visível nos últimos anos).

Assim, podemos afirmar que as nossas hipóteses confirmam-se, pois verifica-se uma maior atenção para a questão nos últimos anos, mas a maioria das políticas têm um carácter simbólico e a UNESCO não transmite um discurso comum. Enfim, o trabalho deste organismo é importante, mas não tem o impacto desejável.

Algumas conclusões

Ao longo desta investigação, procurámos demonstrar que a acção da UNESCO em prol da igualdade de género nos *media* tem sido louvável, mas não alterou significativamente o quadro desenhado. O legado cultural e histórico é muito pesado para que se possa alcançar a igualdade entre homens e mulheres em tão pouco tempo.

Na realidade, este actor político global não tem adoptado uma linha de acção muito coesa, ou seja, a mensagem que tenta transparecer não é unificadora, pois provém de várias vozes, as quais nem sempre falam em uníssono. Revela, portanto, um dinamismo que pode ser confundido com dispersão. Porém, no nosso entender, nesta multiplicidade de discursos paralelos não há complementaridade, mas também não há contradição. Simplesmente, há diferentes formas de abordagem da questão dentro desta agência da ONU, embora se comece a notar uma tendência para a unanimidade nos últimos anos.

Naturalmente, a forma como as mulheres são representadas pelo discurso mediático e o número reduzido de elementos do sexo feminino nos lugares de redacção estão relacionados com as relações de poder assimétricas, as quais são históricas e culturais (Lee, 2004). Pensamos que a UNESCO não tem reflectido o suficiente sobre a origem da questão. É preciso não esquecer a

economia política dos *media*, pois eles são encarados como um sector que procura sobreviver no mercado.

Dada a dimensão deste trabalho, muitas questões pertinentes ficam por abordar relativamente à forma como este actor político global tem incluído na sua agenda a questão da igualdade de género nos *media*. Para finalizar, levanta-se uma questão: Será que os responsáveis do campo mediático (re)conhecem estas políticas implementadas pela UNESCO nos últimos 30 anos?

Bibliografia

- Andersen, M. (1997). *Thinking about women: Sociological perspectives on Sex and Gender*, Nova Iorque: Macmillan Publishing
- Amâncio, L. (1998). *Masculino e Feminino*, Porto: Afrontamento
- Amâncio, L. (2005). *Novas Políticas Sociais para o século XXI*, Fórum Novas Fronteiras. [Em linha] URL: <http://www.novasfronteiras.pt> [Acedido em 04-04-2007]
- Bauer, S. (1993). 'Le travail des femmes et la culture' in UNESCO (eds.) (1993) *Dossier d'Information pour la celebration de la journée mondiale du développement culturel 1993*, Paris; UNESCO, pp. 21-23
- Beam, S. (1992). 'Surveying the territory: re-examining MacBride and theories of development', *International Communication Gazette*, 50,109. [Em linha] URL: <http://gaz.sagepub.com/cgi/content/abstract/50/2-3/109> [Acedido em 02-06-2007]
- Bello, C. (2003). *Women and Media: Progress and Issues*. [Em linha] URL: <http://www.whrnet.org/docs.issue-media.html> [Acedido em 01-06-2007]
- Bocchini, M. & Reimão, S. (s.d.). *Participação da mulher na mídia*. [Em linha] URL: http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_agora_entender_eixos_otilia_sandra-pdf [Acedido em 10-06-2007]
- Camps, V. (2001). *O Século das Mulheres*, Lisboa: Editorial Presença
- City University (1985). *Communication in the service of women: a report on action and research programmes, 1980-1985*, Paris: UNESCO. [Em linha] URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/006/000651/065105sb.pdf> [Acedido em 10-06-2007]
- Comissão Nacional da UNESCO. [Em linha] URL: <http://www.unesco.pt> [Acedido em 05-05-2007]
- Constituição da UNESCO. [Em linha] URL: http://www.icomos.org/unesco/unesco_constitution.html [Acedido em 20-06-2007]
- Departamento de Informação Pública da ONU [Em linha] URL: <http://un.org/spanish/events/women/iwd/2006> [Acedido em 30-06-2007]
- Díez, P. (2005). *Representación de Género en los informativos de rádio y televisión: Segundo Informe*, Madrid: Instituto Oficial de Rádio y Televisión. [Em linha] URL: <http://www.rtve.es/oficial/iortv/SegundoInforme.pdf> [Acedido em 15-11-2006]
- Farré, J. et al. (1998). *Telediario y género: la presencia de la mujer en los telediarios*, Barcelona: Institut Català de la Dona. [Em linha] URL: http://www.iua.upf.es/formats/formats2/far_e.htm [Acedido em 26-12-2006]
- Gallagher, M. (1981). *Unequal opportunities: the case of women and the media*, Paris: UNESCO
- Gallagher, M. (1985). 'Women and NWICO' in Lee, P. (eds.) (1985). *Communication for All: New World Information and Communication Order*, Nova Iorque: Orbis Books, pp. 33-56
- Gallagher, M. (1995). *An Unfinished Story: Gender Patterns in Media Employment*, Paris: UNESCO Publishing

- Horning, S. et al. (1993). New Media and old inequities gender and media use in Nigeria, *International Communication Gazette*, 52: 159-163. [Em linha] URL: <http://gaz.sagepub.com/cgi/content/abstract/52/2/159> [Acedido em 02-06-2007]
- Lakoff, R. (1982). Language and women's place, *Language in Society*, 2: 45-80
- Lavie, A. & Leman-Wilzig, S. (2003). Whose News? Does Gender determine the editorial product?, *European Journal of Communication*, 18,5. [Em linha] URL: <http://ejc.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/1/5> [Acedido em 15-06-2007]
- Lee, M (2002). A review of UNESCO's publications on women and communication, Barcelona: IAMCR
- Lee, M. (2004). UNESCO's Conceptualization of Women and Telecommunications: 1970-2000, *International Communication Gazette*, 66: 533-552. [Em linha] URL: <http://gaz.sagepub.com/cgi/content/abstract/66/6/533> [Acedido em 13-06-2007]
- Mahoney, E. (1991). 'Women, development and media', *Media Development*, 2: 13-17
- Marshment, M. (1993). 'The picture in political: representation of women in contemporary popular culture' in Richardson, D. & Robinson, V. (eds.) (1993). *Introducing women's studies*, Londres: Macmillan Press, pp. 123-150
- Mota-Ribeiro, S. & Pinto-Coelho, Z. (2005). Imagens de mulheres na imprensa portuguesa, in *Actas do IV Congresso da SOPCOM: Universidade de Aveiro*. [Em linha] URL: <http://hdl.handle.net/1822/5308> [Acedido em 03-11-2006]
- Portal das Nações Unidas. [Em linha] URL: <http://www.un.org> [Acedido em 20-05-2007]
- Portal da UNESCO. [Em linha] URL: <http://www.portal.unesco.org>
- Primo, N. (2003). *Gender Issues in the Information Society*, Paris: UNESCO Publications
- Subtil, F. (2000). As mulheres jornalistas. [Em linha] URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf> [Acedido em 10-10-2006]
- Rojo, L & Gallego, J. (1997). 'Argumentação e inibição: o sexismo no discurso dos executivos espanhóis' in Pedro, E. (eds.) (1997) *Análise crítica do discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*, Lisboa: Caminho, pp. 313-352
- Tuchman, G. (2004). 'A Aniquilação Simbólica das Mulheres' in Silveirinha, M.J. (eds.) (2004) *Os Media e as Mulheres*, Lisboa: Livros Horizonte
- UNESCO (s.d.). 'As mulheres fazem as notícias'. [Em linha] URL: <http://www.unesco.org/webworld/march8/2001/about.shtml> [Acedido em 10-10-2006]
- UNESCO (1980). *Women in the media*, Paris: UNESCO
- UNESCO (1986). UNESCO publications concerning the status of women: annotated bibliography for the period 1965-1985. [Em linha] URL: <http://www.unesdoc.unesco.org/images/0007/000754/075489eb.pdf> [Acedido em 10-06-2007]
- UNESCO (1995). *Beijing and Beyond Journalists Look at Women's Issues into the 21 st Century*, Nova Iorque: UNESCO
- UNESCO (1996). 'Les femmes et les médias: Résolution 4.3 adoptée par la Conférence générale à sa 27 session – 1993' in UNESCO (eds.) (1996) *Textes fondamentaux sur la communication*, Paris, UNESCO, pp. 75-77
- UNESCO (2002). *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity*, Paris: UNESCO
- UNESCO (2003). *Marco de aplicación de la estrategia de integración de a perspectiva de género en todas las actividades de la UNESCO, 2002-2007*, Paris: UNESCO. [Em linha] URL: <http://www.unesco.org/women> [Acedido em 08-05-2007]

UNESCO (2005). Handbook for Gender Focal Points in UNESCO National Comissions, Paris: UNESCO

UNESCO (2006) What is it? What does it do?, Paris: UNESCO

Van Zoonen, L. (2004). Feminist Media Studies, London: Sage Publications

Ziamou, T. (s.d.). Women make the news: A crack in the “glass ceiling”? – A Report on the 8 March 2000 initiative, Paris: UNESCO